

ATOS PODER LEGISLATIVO

ATO Nº. 22 , de 12 de dezembro de 2023.

Revoga o Ato nº. 8, de 18 de Abril de 2023 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, no uso de suas atribuições legais e, com base no artigo 5º da Resolução nº. 3, de 23 de março de 1994 (Regimento Interno) e suas alterações, e, Considerando a existência de Ato Normativo anterior, sem a devida publicação e publicação na Imprensa Oficial do Município;

Considerando a necessidade de garantir a segurança jurídica, transparência, bem como atenção ao princípio constitucional da legalidade, impessoalidade e da publicidade;

DETERMINA:

Art. 1º - Fica **REVOGADO** o Ato nº. 8, de 18 de abril de 2023.

Art. 2º. As denúncias contra vereadores por descumprimento ao Código de Ética e ao Decoro Parlamentar deverão ser protocoladas a qualquer membro da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Votorantim, que, imediatamente, convocará a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, para deliberação do acolhimento e prosseguimento da denúncia.

§1º. Caberá à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar decidir, por maioria simples do voto de seus membros presentes, sobre o prosseguimento ou não da denúncia.

§2º. Em caso de empate na votação, a denúncia deverá prosseguir.

§3º. Não serão acatadas denúncias relativas a fatos ocorridos em legislaturas diversas da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar vigente.

Art. 3º. Após o recebimento da denúncia, o vereador acusado, poderá ser ouvido ou apresentar seus esclarecimentos e defesa prévia, podendo para tanto, fazê-lo por si ou por advogado constituído, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

Art. 4º. Após a apresentação da defesa ou manifestação por parte do vereador acusado, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar encaminhará ao relator para a elaboração de relatório, onde poderá solicitar provas a serem produzidas, oitivas ou qualquer outra que se fizer necessário.

Parágrafo único. Havendo elementos suficientes de convicção e materialidade de quebra do decoro parlamentar ou infração ética, a Comissão aplicará a pena cabível, de acordo com a gravidade dos atos apurados.

Este Ato entra em vigor imediatamente após a sua publicação.

Câmara Municipal de Votorantim, em 12 de dezembro de 2023.

THIAGO DA SILVA SCHIMING
PRESIDENTE

LOURIVAL CESARIO DA SILVA
1º SECRETÁRIO

JOSÉ CLÁUDIO PEREIRA
2º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 063/2023.

Dispõe sobre exoneração de servidor.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E NA RESOLUÇÃO Nº 05, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido, a partir de 31 de dezembro de 2023, o Sr. Marcus Vinicius Leite Sequeira, RG nº 48.867.437-2, ocupante de cargo público de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, Referência I, desta Câmara Municipal

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 15 de dezembro de 2023.

THIAGO DA SILVA SCHIMING
Presidente

LOURIVAL CESARIO DA SILVA
1º Secretário

JOSÉ CLAUDIO PEREIRA
2º Secretário

Publicada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Votorantim, na data supra.

NIKOLAS CIRILO DINIZ
Diretor Legislativo

PORTARIA Nº 064/2023.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O AFASTAMENTO POR MOTIVO DE FÉRIAS DA SRA. KARLA GIOVANA DE OLIVEIRA CARDOSO,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. LUIZ HENRIQUE QUARANTANI JUNIOR, ocupante do cargo público efetivo de Analista de Comunicação Audiovisual, Padrão 06-B, lotado na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal para, no período de 26 de dezembro de 2023 a 09 de janeiro de 2024, ocupar em substituição o cargo de Coordenador de Comunicação Organizacional, Referência III, fazendo jus à diferença salarial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 15 de dezembro de 2023.

THIAGO DA SILVA SCHIMING
Presidente

LOURIVAL CESARIO DA SILVA
1º Secretário

JOSÉ CLAUDIO PEREIRA
2º Secretário

Publicada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Votorantim, na data supra.

NIKOLAS CIRILO DINIZ
Diretor Legislativo

EDITAL DE DEMONSTRATIVO DE SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO DOS CARGOS PÚBLICOS

A Câmara Municipal de Votorantim, em atendimento ao disposto no artigo 39, § 6º, da Constituição Federal, torna público pelo presente Edital, os valores correspondentes aos subsídios e as remunerações dos cargos públicos desta Câmara Municipal referentes ao Exercício 2023, conforme segue:

QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS
CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO

QDE	DENOMINAÇÃO	PADRÃO	VENCIMENTOS
03	Analista Administrativo	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
01	Analista de Comunicação - Audiovisual	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
01	Analista de Informática	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
04	Analista Legislativo	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
04	Assistente de Contratações e Patrimônio	04 A-Z	R\$ 2.536,33 (dois mil e quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos)
11	Assistente Legislativo	04 A-Z	R\$ 2.536,33 (dois mil e quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos)
01	Cerimonialista	05 A-Z	R\$ 4.183,30 (quatro mil e cento e oitenta e três reais e trinta centavos)
02	Contador	07 A-Z	R\$ 5.478,88 (cinco mil e quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)
01	Jornalista Redator	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
01	Mestre de Cerimônias	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
04	Motorista	03 A-Z	R\$ 2.262,00 (dois mil e duzentos e sessenta e dois reais)
01	Porteiro	03 A-Z	R\$ 2.262,00 (dois mil e duzentos e sessenta e dois reais)
04	Procurador Jurídico	07 A-Z	R\$ 5.478,88 (cinco mil e quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos)
02	Receptionista	03 A-Z	R\$ 2.262,00 (dois mil e duzentos e sessenta e dois reais)
01	Relações Públicas	06 A-Z	R\$ 6.700,81 (seis mil e setecentos reais e oitenta e um centavos)
01	Repórter Fotográfico	04 A-Z	R\$ 2.536,33 (dois mil e quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos)
01	Técnico de Contabilidade	05 A-Z	R\$ 4.183,30 (quatro mil e cento e oitenta e três reais e trinta centavos)
02	Técnico de Informática	05 A-Z	R\$ 4.183,30 (quatro mil e cento e oitenta e três reais e trinta centavos)
01	Telefonista	02 A-Z	R\$ 1.836,19 (um mil e oitocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos)

QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS
QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QDE.	DENOMINAÇÃO	REF.	VENCIMENTOS
04	Assessor da Mesa Diretora	II	R\$ 8.099,89 (oito mil e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)
01	Assessor da Presidência	II	R\$ 8.099,89 (oito mil e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)
01	Assessor de Comissões	II	R\$ 8.099,89 (oito mil e noventa e nove reais e oitenta e nove centavos)
22	Assessor Parlamentar	I	R\$ 6.204,19 (seis mil e duzentos e quatro reais e dezenove centavos)
01	Diretor Legislativo	V	R\$ 12.150,00 (doze mil e cento e cinquenta reais)

QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS
SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO RESERVADOS AOS SERVIDORES EFETIVOS

QDE.	DENOMINAÇÃO	REF.	VENCIMENTOS
01	Coordenador de Comunicação Organizacional	III	R\$ 8.534,34 (oito mil e quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos)
01	Coordenador de Contratações e Patrimônio		
01	Coordenador de Serviços Legislativos		
01	Coordenador de Transportes e Zeladoria		
01	Diretor Administrativo	V	R\$ 12.150,00 (doze mil e cento e cinquenta reais)

VALOR MENSAL REFERENTE AO SUBSÍDIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Presidente da Câmara Subsídio mensal R\$ 8.989,09 (oito mil e novecentos e oitenta e nove reais e nove centavos)
--

VALOR MENSAL REFERENTE AO SUBSÍDIO DOS VEREADORES

Vereadores Subsídio mensal R\$ 7.191,29 (sete mil e cento e noventa e um reais e vinte e nove centavos)

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 15 de dezembro de 2023.

THIAGO DA SILVA SCHIMING
Presidente

Publicada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Votorantim, na data supra.

NIKOLAS CIRILO DINIZ
Diretor Legislativo

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO NORMATIVO Nº 001/2023 - SEF

Dispõe sobre alteração do AN nº 004/2012-SR, referente ao reconhecimento de imunidade tributária e dá outras providências.

JUNKI RODRIGO YOGUI, Secretário de Finanças, considerando o disposto no Código Tributário Municipal – CTM (Lei 1602/01 e alterações) e o Decreto nº 5250/2017, no uso de suas atribuições legais e, em especial, com base nas regras previstas no art. 100, I e II, do CTN (Código Tributário Nacional) e nos arts. 6º, I e II, do CTM,

RESOLVE:

Art. 1º O AN nº 004/2012-SR passa vigor com as alterações a seguir:

“Art. 4º-A. O reconhecimento da imunidade com base nas regras previstas no art. 150, VI, “b” e “c”, e § 4º, e no art. 156, § 1º-A, ambos da CF, relativo aos impostos sobre o patrimônio e serviços, dos templos de qualquer culto e dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, somente será analisado através de requerimento interposto pelo interessado, formalizado dentro de processo administrativo tributário e seguirá o mesmo procedimento previsto nos parágrafos do art. 1º deste ato normativo, naquilo que couber.

(...)

§ 4º (...)

III – tratando-se de locatário, além dos documentos dos incisos I e II deste §4º, deverá apresentar contrato de locação devidamente assinado e vigente.

§ 4º-A. No caso da imunidade prevista no art. 156, § 1º-A, CF o pedido deverá ser renovado a cada exercício, devendo ser protocolizado até o mês de novembro do ano anterior ao que se pretenda o reconhecimento da imunidade.

§ 5º Aplicam-se as regras deste art.4º-A, naquilo que couber, para o reconhecimento da imunidade prevista no art. 150, VI, “a”, e §2º, da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 5º-A. O disposto neste Ato Normativo também será observado para a concessão da isenção das taxas do poder de polícia administrativa, prevista no art. 191-A, I a III, do CTM.

Parágrafo único. Além dos documentos previstos no § 2º do art. 4º-A, deste Ato Normativo, deverá a entidade apresentar cópia da Lei Municipal de reconhecimento de utilidade pública, quando for o caso.” (NR)

“Art. 5º-B. O disposto neste Ato Normativo será observado, ainda, para o reconhecimento da imunidade prevista no art. 150, VI, “d” e “e”, da Constituição Federal.”

Art. 2º Este Ato Normativo entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 07 de dezembro de 2.023 – LIX ANO DE EMANCIPAÇÃO.

Junki Rodrigo Yogui

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

Gabriel Rangel Gil Miguel

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 052/2023 – DDFT/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DA SEF – DDFT, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, DO CTM, INFORMA AOS INTERESSADOS ABAIXO ARROLADOS O QUE SEGUE:

PROCESSO: 7078/2023 (APENSO 5055/2012)

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA EM 1º INSTÂNCIA

INTERESSADO: F. N. S.

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 19667

ATO: DECISÃO Nº 028/2023 **OFÍCIO:** Nº 067/2023-SEF

SITUAÇÃO: TRATA-SE DE RECLAMAÇÃO INTERPOSTA CONTRA ATOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DESTE MUNICÍPIO: LANÇAMENTOS DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS-FIXO E TAXAS DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA (TAXAS DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO – TLF). IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA, NÃO RECEBIDA. NO MÉRITO, PELO FATO DE A MATÉRIA ESTAR PRECLUSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO EM FACE DA INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO, RESTAM MANTIDOS OS VALORES LANÇADOS A TÍTULO DE ISS-FIXO E TLF (FUNCIONAMENTO) DOS ANOS DE 2012 A 2017, JUNTO AO CADASTRO MOBILIÁRIO, INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA. E, DE OFÍCIO, APÓS O DEVIDO CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE ORA EFETUADA (ART. 332, “CAPUT”, CTM), UMA VEZ PROVADA A INEXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO TRIBUTÁRIO E, ASSIM, A IMPOSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DO FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO EM RELAÇÃO AO FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL, DETERMINOU A ANULAÇÃO PARCIAL, RELATIVA AOS CRÉDITOS CONSTITUÍDOS A TÍTULO DE TAXAS DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA REFERENTE AO FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL, NOS ANOS DE 2012 A 2017, FORMALIZADOS JUNTO AOS CARNÊS N-5 2012004951, 2013004090, 2014003599, 2015003431, 2016002867 E 2017002557, E, POR CONSEQUÊNCIA, A REDUÇÃO DOS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA REGISTRADOS NAS CPDS N-5 316426, 330638, 348702, 363797, 380948 E 396720. RECURSO VOLUNTÁRIO. NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, SOMENTE EM FACE DO NÃO RECEBIMENTO DA IMPUGNAÇÃO – ART. 332-A, § 3º, CTM. QUANTO AO MÉRITO IMPOSSIBILIDADE DE RECORRER E, TAMBÉM, DE SOLICITAR RECONSIDERAÇÃO PELA EXISTÊNCIA DE REVISÃO ANTERIOR. MATÉRIA PRECLUSA PARA A ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSO: 9845/2023

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA EM 1ª INSTÂNCIA

INSCRIÇÃO CADASTRAL: NÃO POSSUI

INTERESSADO: V. T. L.

ATO: PREPARO Nº 094//2023-DDFT/SEF

SITUAÇÃO: O IMPUGNANTE ALEGA QUE A PREFEITURA NÃO DISPONIBILIZA OS DOCUMENTOS NECESSARIOS DO IMÓVEL PARA A ABERTURA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL, UMA VEZ QUE O ESTABELECIMENTO ENCONTRA-SE EDIFICADO EM ÁREA VERDE. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. CREDITO SUSPENSO NOS TERMOS DA LEI. TEM-SE POR PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 335-B DO CTM. LEGITIMIDADE PROCESSUAL COMPROVADA. ENCAMINHADO A REPLICA DA FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS PARA ATENDIMENTO DO ART. 175 NO PRAZO DE 15 DIAS.

PROCESSO: 5212/2023

ASSUNTO: INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DOS PARCELAMENTOS INADIMPLIDOS ATÉ 30/06/2020

INSCRIÇÃO CADASTRAL: DIVERSAS

INTERESSADO: DIVERSOS

ATO: REVISIBILIDADE Nº 012/2023-SEF

SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATOS – PARCELAMENTOS INADIMPLIDOS ATÉ 30/06/2020 CONFORME RELATÓRIOS NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÕES E/OU OUTROS ATOS QUE PASSÍVEIS DE SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DÉBITOS ENCAMINHADOS PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. PARCELAMENTOS DPTOS À INSCRIÇÃO: 40573, 41622, 41990, 42601, 42972, 43126, 43204, 43280, 43529, 43999, 44027, 44132, 44138, 44146, 44223 E 44224.

PROCESSO: 9221/2023

ASSUNTO: IMUNIDADE DE IPTU

INTERESSADO: C. C. NO B.

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 024765031500000121

ATO: DESPACHO Nº 469/2023 **OFÍCIO:** Nº 068/2023

SITUAÇÃO: PEDIDO DE ISENÇÃO DE IPTU, DEFERIDO E RATIFICADO O RECONHECIMENTO DA IMUNIDADE DE IPTU PARA O ANO DE 2023, MANTENDO-SE A TAXA DE COLETA DE LIXO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO POR TOTAL FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

PROCESSO: 9804/2023

ASSUNTO: CANCELAMENTO DE DEBITOS

INTERESSADO: A. S. K.

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 23723

ATO: DESPACHO Nº 470/2023 **OFÍCIO:** Nº 069/2023

SITUAÇÃO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DEBITOS PARCELADOS EM EXECUÇÃO FISCAL. INDEFERIDO E RATIFICADO O POSICIONAMENTO DO AGENTE FAZENDARIO. UMA VEZ QUE A INSCRIÇÃO MUNICIPAL FOI CANCELADA A PEDIDO E TEVE O CANCELAMENTO PROPORCIONAL DOS TRIBUTOS.

PROCESSO: 8169/2021

ASSUNTO: REVELIA DA NL Nº 783/2021

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 0717600002000002100

INTERESSADOS: A. D.

ATOS: PREPARO Nº 166/2023-DDFT; **TERMO DE REMESSA PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 200/2023-DDFT**

SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADO. MANTIDO A NL Nº 783/2021-FE E O CRÉDITO CONSTITUÍDO NO VALOR DE R\$ 3.551,21 (TRES MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE E UM CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, CONSTITUÍDOS NOS EXATOS TERMOS DA LEI. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (ART.332, §§ 5º E 6º DO CTM). AUTO ENCAMINHADO PARA A DÍVIDA ATIVA PARA INSCRIÇÃO DO DÉBITO.

PROCESSO: 2893/2020

ASSUNTO: REVELIA DA NL Nº 522/2020

INSCRIÇÃO CADASTRAL: 30670

INTERESSADO: SPE JNK E. T. LTDA

ATOS: PREPARO Nº 080/2023-DDFT/SEF; **TERMO DE REMESSA PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº 114/2023-DDFT**

SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. FICA MANTIDO A NL Nº 522/2020-FE NO VALOR DE R\$ 109,74 (CENTO E NOVE REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) A TÍTULO DE PENALIDADES. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (ART.332, §§ 5º E 6º DO CTM). AUTO ENCAMINHADO PARA A DÍVIDA ATIVA PARA INSCRIÇÃO DO DÉBITO.

RESSALTE-SE QUE SE ENCONTRAM ENCARTADAS NO RESPECTIVO PROCESSO TODAS AS MANIFESTAÇÕES PROFERIDAS, EM SUAS INTEGRALIDADES, AS QUAIS ESTÃO DISPONÍVEIS AOS INTERESSADOS NA SEF – DDFT, DESDE QUE ABERTAS VISTAS AOS MESMOS.

VOTORANTIM, 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

SERGIO DE OLIVEIRA CARDOSO

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

